



Gil Weber Baiao <gil.baiao@agro.gov.br>

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - PREGÃO ELETRÔNICO 19/2022 - ESCLARECIMENTO

2 mensagens

'Erica Maria De Souza' via Licitação MAPA <licitacao@agro.gov.br>

3 de novembro de 2022 18:10

Responder a: Erica Maria De Souza <emsouza5@stefanini.com>

Para: "licitacao@agro.gov.br" <licitacao@agro.gov.br>

Cc: Karina Rodrigues Ferreira <krferreira1@stefanini.com>, Fernanda De Araujo Lima Lopes <falopes1@stefanini.com>

Prezada Comissão, boa tarde!!!

A **STEFANINI CONSULTORIA E ASSESSORIA EM INFORMÁTICA S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 58.069.360/0001-20, com sede na Avenida Jaguar, 164, Centro, Jaguariúna/SP, CEP: 13.820-000, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria, solicitar ESCLARECIMENTO ao QUESTIONAMENTO, no que couber

Objeto: contratação de serviços de operação de infraestrutura e atendimento a usuários de tecnologia da informação e comunicação do Mapa, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos

9.11.6. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

Ocorre que a jurisprudência do TCU é firme no sentido de que os documentos de habilitação elencados nos artigos 27 a 31 da Lei 8.666/1993 é *numerus clausus*, isto é, taxativa (*Acórdãos 808/2003, 2.197/2007, 1.224/2015, 340/2019 e 161/2020*, todos do Plenário), de modo que não é cabível exigir que os atestados técnicos estejam acompanhados de notas fiscais/contratos, ou ainda de qualquer outra espécie de documentação.

A título ilustrativo: ACÓRDÃO Nº 1224/2015 – TCU – Plenário

9.3. dar ciência à Capes de que a exigência de apresentação de atestados de capacidade técnica juntamente com as notas fiscais e/ou contratos prevista no edital do pregão eletrônico 28/2014 não encontra amparo no art. 30 da Lei 8.666/1993 e na jurisprudência desta Corte.

O entendimento é de que caso haja dúvidas eventualmente sobre o documento apresentado, deveria ser realizada diligência (art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993) especialmente em caso de dúvida quanto à autenticidade do documento.

Desta forma, entendemos que a apresentação dos Contratos deverá ser feita apenas em sede de diligência. Está correto o nosso entendimento?

**Érica Souza**

Assistente de Licitação

SCN Q 1 Ed Number One - Segundo Andar -
Brasília/DF

(61) 3704-8411

www.stefanini.com

Importante: As informações deste e-mail são confidenciais. O uso não autorizado é proibido por lei. Por favor, considere o ambiente antes de imprimir.

Important: The information on this e-mail is confidential. Non-authorized use is prohibited by law. Please Consider the Environment Before Printing.

LICITAÇÕES <licitacao@agro.gov.br>

4 de novembro de 2022 10:14

Para: Erica Maria De Souza <emsouza5@stefanini.com>, Karina Rodrigues Ferreira <krferreira1@stefanini.com>, Fernanda De Araujo Lima Lopes <falopes1@stefanini.com>

Cc: Lucas Bezerra Campos <lucas.campos@agro.gov.br>

Assunto: Pedido de Esclarecimento sobre o PE 19/2022 - STEFANINI CONSULTORIA E ASSESSORIA EM INFORMÁTICA S.A.

Prezada Érica Souza,

em resposta ao pedido de esclarecimento, recebido em 3 de nov. de 2022 às 18:10, que trata dos termos exarados no Item 9.11.6 do Edital de Pregão Eletrônico nº 19/2022, informo que o entendimento dessa empresa está correto.

respeitosamente

GIL WEBER BAIÃO

Pregoeiro Oficial do MAPA

Divisão de Licitações - DILIC/CLIC/CGAQ/DA/SE
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA
Edifício Anexo - Ala B, Sala 207B - Brasília/DF

licitacao@agro.gov.br | (61) 3218-3279

[Texto das mensagens anteriores oculto]